I – administrar o FDR;

II – manter o acompanhamento mensal dos recursos disponíveis e dos dados relativos ao desempenho do FDR, com a manutenção de arquivos com todas as informações das ações, dos programas e dos projetos desenvolvidos;

III – deliberar sobre a utilização de até 5% da arrecadação do exercício anterior, para aquisição de bens móveis, material de consumo, contratação de serviços, realização de pesquisas de satisfação e divulgação das atividades vinculadas ao Fundo;

IV – elaborar o seu regimento interno, com o estabelecimento das normas sobre a organização e o funcionamento do FDR;

V – expedir resoluções e atos normativos complementares necessários à gestão do FDR;

VI – indicar providência e, quando for o caso, deliberar sobre pleitos do FDR-Crédito; FDR-Social; FDR-Aval e FDR-Habitação Rural;

VII – estabelecer requisitos complementares para o enquadramento dos beneficiários do FDR, em suas respectivas modalidades;

VIII – definir os critérios quanto à renegociação, repactuação e recuperação de valores inadimplentes oriundos de financiamentos ou avais concedidos com recursos do FDR;

IX – deliberar sobre formalização de parcerias com instituições legalmente constituídas que disponham de linhas de créditos rurais e queiram operacionalizá-las utilizando o FDR.

Art. 12. Fica criado o Conselho Fiscal do Fundo Distrital de Desenvolvimento Rural, com 1 representante de cada órgão e entidade previstos no art. 10.

§ 1º O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno do FDR.

§ 2º Ao Conselho Fiscal é assegurado o acesso a todos os documentos do FDR.

§ 3º Responde administrativa, civil e penalmente o membro do Conselho Fiscal que viole o sigilo de informações do FDR.

§ 4º É assegurada representação de 30% de mulheres, no mínimo, no Conselho Fiscal do FDR.

Art. 13. Na modalidade FDR-Crédito são aceitos projetos elaborados pela Emater-DF ou por outras instituições devidamente credenciadas.

§ 1º Os critérios para o credenciamento das instituições são definidos por ato do Conselho Administrativo e Gestor do FDR.

§ 2º A remuneração pelos serviços prestados fica limitada a até 2% do valor do financiamento, sendo:

I – em até 0,5% para elaboração do projeto;

II – em até 1,5% para o acompanhamento do projeto.

Art. 14. Os pleitos devem ser apresentados à Secretaria Executiva do FDR, que deve:

I – providenciar o enquadramento da proposta e a conferência da documentação;

II – encaminhar, para publicação no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF, o edital e acolhimento dos projetos e demais atos administrativos;

III – enviá-los à Câmara Técnica, que delibera sobre a viabilidade técnica e econômica do projeto;

IV – encaminhá-los ao Conselho Administrativo e Gestor para deliberação final sobre a concessão do financiamento;

V – enviá-los à Assessoria Jurídico-Legislativa da Seagri-DF, que emite parecer sobre a legalidade dos atos administrativos.

Parágrafo único. Mediante norma do Conselho Administrativo e Gestor do FDR, desde que obedecido o disposto nos incisos deste artigo, o presidente pode deliberar sobre os pleitos, estando sujeito à aceitação posterior do referido colegiado.

Art. 15. Os bens financiados, quando ofertados como garantia real, devem obrigatoriamente estar segurados durante toda a vigência do instrumento de crédito.

Art. 16. Os prazos para amortização dos financiamentos concedidos com recursos do FDR são regulamentados por ato do Conselho Administrativo e Gestor do FDR, sendo de até:

I – 15 anos, incluído o período de carência de até 3 anos, para habitações rurais;

II – 10 anos, incluído o período de carência de até 3 anos, para investimento;

III – 3 anos, incluído o período de carência de até 1 ano, para custeio agropecuário.

§ 1º Quando a operação exija seguro do bem, o custo do seguro, nos 3 primeiros anos, pode ser incluído no limite do financiamento.

§ 2º Quando o custeio esteja associado a projeto de investimento, em percentual de até 30%, é concedido o mesmo prazo do investimento.

Art. 17. Os limites dos financiamentos são normatizados por ato do Conselho Administrativo e Gestor do FDR.

§ 1º Na modalidade Habitação Rural, não pode um mesmo beneficiário ser contemplado com mais de 1 financiamento.

§ 2º Na modalidade Crédito, cada beneficiário pode ser contemplado com mais de 1 projeto desde que não ultrapasse os limites estabelecidos.

Art. 18. Os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos do FDR são calculados com base na taxa de juros de 3% ao ano, sendo concedido bônus de adimplência de 25% na taxa de juros para cada parcela da dívida paga até a data de seu respectivo vencimento.

Parágrafo único. A taxa de juros fixada pode ser revista anualmente e modificada por meio de resolução do Conselho Administrativo e Gestor do FDR.

Art. 19. Os riscos operacionais decorrentes dos financiamentos da modalidade Crédito e das garantias concedidas da modalidade Aval são assumidos pelo FDR.

Art. 20. O Banco de Brasília S.A. – BRB é o agente financeiro, atuando em nome do Distrito Federal nas operações do FDR e nas cobranças dos créditos delas resultantes.

§ 1º A forma de remuneração dos serviços prestados pelo BRB é definida por decreto, sendo os custos demonstrados em planilha e limitados a até 2% do saldo médio anual das operações vigentes.

§ 2º O BRB deve elaborar demonstrativo a ser definido no contrato de prestação de

serviços ou instrumento que venha a substituí-lo, e remetê-lo à Seagri-DF até o décimo dia útil do mês subsequente, para conhecimento e registro da Secretaria Executiva e ciência do Conselho Administrativo e Gestor do FDR.

Art. 21. Compete ao BRB, mediante solicitação da Secretaria Executiva do FDR, depois de esgotadas todas as possibilidades de recebimentos por via administrativa, propor ação de cobrança relativa aos financiamentos de que trata o art. 2º não pagos.

Art. 22. Para fazer jus ao ressarcimento da operação garantida, a instituição financeira deve formalizar o pleito junto a Secretaria Executiva do FDR, em formulário próprio, acompanhado dos seguintes documentos:

I – instrumento de crédito;

II – projeto técnico ou plano simples;

III – documento comprobatório do aval concedido;

IV – comprovante do registro do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.

Parágrafo único. Mediante solicitação da instituição financeira responsável pela contratação do financiamento, a Secretaria Executiva do FDR deve providenciar os valores suficientes para honrar o aval até o limite do valor definido na operação.

Art. 23. O proponente deve preencher os critérios de regularidade da ocupação da área objeto do projeto.

Art. 24. Podem ser priorizados aos produtores rurais os recursos do FDR para atender demandas em casos de relevante interesse público ou em situações excepcionais decorrentes de eventos naturais adversos climatológicos, meteorológicos ou hidrológicos.

Art. 25. O Poder Executivo deve regulamentar esta Lei no prazo de 90 dias após sua publicação.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as seguintes normas:

I – a Lei nº 2.652, de 27 de dezembro de 2000, e suas alterações;

II – a Lei nº 5.024, de 25 de fevereiro de 2013.

Brasília, 28 de maio de 2020.

132º da República e 61º de Brasília

IBANEIS ROCHA

LEI Nº 6.607, DE 28 DE MAIO DE 2020.

(Autoria do Projeto: Deputada Jaqueline Silva)

Dispõe sobre reserva de vagas para mulheres em cursos de qualificação profissional ofertados pela administração pública do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º É garantida, no Distrito Federal, às mulheres com idade igual ou superior a 40 anos prioridade em programas de qualificação profissional implementados pelo Poder Executivo.

Art. 2º Para os fins específicos de atendimento do disposto nesta Lei, deve ser reservado o percentual mínimo de 10% das vagas dos cursos de qualificação profissional implementados pelo governo do Distrito Federal.

Art. 3º O Poder Executivo adota as providências necessárias junto aos órgãos responsáveis pelos cursos de qualificação profissional, com vistas a estabelecer os critérios de implementação desses cursos às mulheres.

Art. 4º Os ditames desta Lei são obrigatoriamente observados quando da execução de cursos de qualificação ofertados pelo governo do Distrito Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de maio de 2020.

132º da República e 61º de Brasília

IBANEIS ROCHA

LEI COMPLEMENTAR Nº 969, DE 28 DE MAIO DE 2020.

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Altera o art. 38 da Lei Complementar nº 932, de 3 de outubro de 2017, que institui o regime de previdência complementar do Distrito Federal, reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, previsto no art. 40, §§ 14 a 16, da Constituição Federal, e altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que Reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O art. 38 da Lei Complementar nº 932, de 3 de outubro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – o § 2º, I, passa a vigorar com a seguinte redação:

I – deve ser feita até o dia 31 de março de 2022;

II – (V E T A D O).

III – (V E T A D O).

Brasília, 28 de maio de 2020.

132º da República e 61º de Brasília

IBANEIS ROCHA